

APROVADO

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 20/2018 DE AUTORIA DO VEREADOR LUIS CARLOS DUDÉ, QUE DENOMINA DE AVENIDA JOSÉ FERNANDES PEDRAL SAMPAIO A ATUAL AVENIDA PERIMETRAL, QUE SE ESTENDE ENTRE A AVENIDA OLÍVIA FLORES E A AVENIDA GILENILDA ALVES, NESTA CIDADE.

I- RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº. 20/2018, que denomina de Avenida José Fernandes Pedral Sampaio a atual Avenida Perimetral, que se estende entre a Avenida Olívia Flores e Avenida Gilenilda Alves, nesta cidade.

Na justificativa que encaminha o Projeto, apresenta a biografia da Sr. José Fernandes Pedral Sampaio.

II- EXAME DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, tudo na conformidade do disposto no art. 149 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA e Lei Complementar nº. 95/98.

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 149 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade

III- VOTO:

Do ponto de vista da legalidade, o Projeto de Lei não afronta qualquer outro dispositivo legal, quer seja Constitucional ou Infra Constitucional.

Dentre as disposições enumeradas no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, destaca-se como competência do Município a de legislar sobre assuntos de interesse local.

Ademais, o art. 7º, XVII da Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista prevê, como Competência da Câmara Municipal, legislar sobre alteração de denominação de nomes próprios de vias e logradouros públicos.

“Art. 7º.

XVII – denominar e alterar nome de vias, logradouros e prédios públicos.”

Em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece nenhum reparo.

IV- PARECER:

Diante dos próprios fundamentos expostos, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 20/2018, por estar em consonância com a República Federativa do Brasil.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 03 de maio de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final


David Salomão
Presidente

Gilmar Ferraz
Relator


Valdemir Dias
Membro